

## **EDITALPREGÃO ELETRÔNICO**

**90001/2026**

### **CONTRATANTE**

IFPA-CAMPUS ANANINDEUA

### **OBJETO**

MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE APARELHOS DE AR  
CONDICIONADO.

### **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia **25/05/2026** às **09:00h** (horário de Brasília)

### **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

Menor valor global do grupo único

### **MODO DE DISPUTA:**

aberto

### **TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS**

**SIM**

### **MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM**

**NÃO**

## MODELO DE EDITAL

### IFPA-CAMPUS ANANINDEUA

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

Processo Administrativo nº 23051.019905/2025-83

Torna-se público que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Ananindeua, por meio do Setor de Aquisições e Contratações, sediado no município de Ananindeua/PA, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais legislação aplicável, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

#### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para a prestação, sob demanda, de serviços de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar-condicionado tipo split (Hi Wall, Piso/Teto e Cassete), modelos convencionais ou com tecnologia inverter, com fornecimento de peças e demais insumos necessários à execução dos serviços, visando atender às necessidades do IFPA – Campus Ananindeua, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos, especialmente no Termo de Referência.

1.2. A licitação será realizada em **grupo único, formado por 5 (cinco) itens**, conforme tabela constante no **Termo de Referência**, devendo o licitante apresentar proposta para todos os itens que o compõem.

#### 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar **inabilitação do licitante**, no momento da habilitação.

2.6. As microempresas, empresas de pequeno porte e demais beneficiárias da Lei Complementar nº 123, de 2006, poderão participar desta licitação em igualdade de condições com os demais licitantes, sendo-lhes assegurados os benefícios previstos na referida legislação, nos termos deste Edital.

2.6.1. Não se trata de licitação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, em razão do valor estimado da contratação e da estruturação do objeto em grupo único.

## **2.7. Não poderão disputar esta licitação:**

- 2.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.7.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.7.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.7.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impedida de participar do certame em decorrência de sanção que lhe tenha sido aplicada;
- 2.7.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.7.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.7.11 *sociedades cooperativas;*
- 2.7.12 *peessoas jurídicas reunidas em consórcio;*
- 2.7.13 *peessoas físicas.*

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato, agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme o § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### 3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação será de caráter sigiloso.

3.2. Para fins do disposto no item anterior, o orçamento estimado para a contratação não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas.

3.3. O caráter sigiloso do orçamento estimado para a contratação não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.

3.4. O disposto neste item não se aplica às informações expressamente indicadas no Termo de Referência como necessárias à formulação das propostas, especialmente quanto **aos parâmetros e valores de referência utilizados** para o cálculo do item relativo ao fornecimento de peças e insumos.

### 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2.1. No caso específico desta contratação, o critério de julgamento adotado é o de menor valor global do grupo, devendo os licitantes apresentar suas propostas em **valor monetário**, observado que, para o item relativo ao fornecimento de peças e insumos, o percentual de desconto ofertado deverá ser convertido em valor, conforme metodologia estabelecida no Termo de Referência.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º,

XXXIII, da Constituição;

4.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

4.6.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

4.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.7.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.7.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.8.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.8.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.8.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.8.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.8.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.8.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de

pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.8.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.8.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4, 4.7 ou 4.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.13.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.13.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.14.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.14.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 *valor unitário e total dos itens, conforme definidos no Termo de Referência;*

5.1.2 *percentual de desconto a ser aplicado sobre o fornecimento de peças e insumos, conforme estabelecido no Termo de Referência, observado que, para fins de cadastramento da proposta no sistema eletrônico, o desconto deverá ser convertido em valor monetário;*

5.1.3 *demais informações exigidas no Termo de Referência para a adequada caracterização da proposta.*

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Considerando que o critério de julgamento adotado é o de menor valor global do grupo, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

5.12. Caso o critério de julgamento envolva a aplicação de desconto, o preço decorrente da proposta deverá observar os limites e parâmetros estabelecidos no Termo de Referência, inclusive quanto ao percentual mínimo aceitável de desconto para o fornecimento de peças e insumos.

5.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado considerando o conjunto dos itens que compõem o grupo, sendo o valor global apurado automaticamente pelo sistema eletrônico..
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$1,00 (um real)**.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.
- 6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão



participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.2 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.20.3 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.22.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.22.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.22.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

6.22.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

6.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.23.1 *empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;*

6.23.2 empresas brasileiras;

6.23.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.23.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.25.1 Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

6.25.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.25.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.25.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.25.5 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação

realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.25.6 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e nos itens 2.7 e 2.8 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 Sicafe;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

7.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3 Constatada a existência de sanção impeditiva, o licitante será excluído do certame, por ausência de condição de participação.

7.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do valor global em relação aos parâmetros de aceitabilidade definidos neste Edital e em seus anexos, especialmente no Termo de Referência, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:**

7.7.1 conter vícios insanáveis;

7.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima dos parâmetros de aceitabilidade definidos para a contratação;

7.7.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

- 7.7.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
- 7.7.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.8. No caso de bens e serviços em geral, poderá ser considerado indício de inexecuibilidade proposta com valores significativamente inferiores aos parâmetros de mercado ou ao valor estimado pela Administração, devendo a análise considerar as especificidades do objeto e a metodologia de formação da proposta prevista no Termo de Referência.
- 7.9. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:
- 7.9.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.9.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 7.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.14. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 7.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 7.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

- 8.1. Os documentos previstos neste Edital e no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada ou por meio digital.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de inabilitação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

#### **8.9. Qualificação Técnica**

8.9.1. A qualificação técnica será comprovada mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação;

8.9.2. Para fins de comprovação, serão considerados serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva em sistemas de climatização ou similares;

8.9.3 Não será exigido registro ou inscrição em conselho profissional como condição de habilitação, considerando a natureza do objeto como serviço comum, não caracterizado como obra ou serviço de engenharia, conforme fundamentação constante do Termo de Referência.

#### **8.10. Vistoria Prévia**

8.10.1 *A avaliação prévia do local de execução é facultativa, sendo assegurado ao licitante o direito de realização de vistoria prévia, para o conhecimento das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado.*

8.10.2 *O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado por meio de solicitação encaminhada ao e-mail: cser.ananindeua@ifpa.edu.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.*

8.10.3 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, deverá apresentar declaração formal de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação, não podendo, posteriormente, alegar desconhecimento das condições e peculiaridades da contratação para eximir-se de suas obrigações contratuais.

8.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.11.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do

documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.12.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar **inabilitação do licitante**, no momento da habilitação.

8.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de, no mínimo, **2 (duas) horas**, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão no sistema, prorrogável por igual período, mediante solicitação justificada do licitante e aceita pela Administração.

8.13.2

8.13.3 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.14.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

**8.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 4(quatro)horas, para:**

8.15.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.15.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.15.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

- 8.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.
- 8.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 9. DO TERMO DE CONTRATO

- 9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.
- 9.2. O adjudicatário terá o prazo de **5 dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **5(cinco) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso ao sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **5(cinco) dias úteis**; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **5(cinco) dias úteis** para resposta após recebimento da notificação pela Administração.
- 9.4. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*
- 9.4.1 *referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*
- 9.4.2 *a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;*
- 9.4.3 *a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*
- 9.5. O prazo previsto no item 9.2 poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- 9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.
- 9.7.1 A existência de registro no Cadin será considerada para fins de avaliação da regularidade do fornecedor, podendo ensejar a não contratação, conforme decisão motivada da Administração.

## 10. DOS RECURSOS

- 10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

- 10.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;
- 10.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da divulgação da interposição do recurso no sistema, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados por meio do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e do sistema Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), sem prejuízo de acesso mediante solicitação à Administração.

## **11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 11.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;
- 11.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 11.1.2.4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
- 11.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 11.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 11.1.6 fraudar a licitação;
- 11.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;



11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1 advertência;

11.2.2 multa;

11.2.3 impedimento de licitar e contratar e

11.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **15 (quinze)** dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1 Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de **0,5% a 15%** do valor estimado da contratação ou do valor do contrato, conforme o caso.

11.4.2 Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de **15% a 30%** do valor estimado da contratação ou do valor do contrato, conforme o caso.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de **15 (quinze) dias úteis** da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

11.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido **até 3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de **até 3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por meio eletrônico, por intermédio do sistema Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), ou, subsidiariamente, por meio do endereço eletrônico institucional: [compras.ananindeua@ifpa.edu.br](mailto:compras.ananindeua@ifpa.edu.br), na forma prevista neste Edital.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário

de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão **as disposições deste Edital**.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no sistema Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1 Anexo I - Termo de Referência;

13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

13.11.2 Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;

13.11.3 Anexo III – Kit de Execução Contratual;

Ananindeua, 06 de maio de 2026.



Assinado de forma digital por  
INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO PARÁ  
Dados: 2026.05.06 11:26:28 -03'00'

---

**Lair Aguiar de Meneses**

Diretor Geral - IFPA Campus Ananindeua

Port. Nº 3710/2023 – GAB/IFPA

**Pregoeiro designado:** Cássio José Reis Ferreira

Portaria nº 3854/Ananindeua/IFPA

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA**  
**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**  
**SERVIÇOS COM E SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, OBRAS E SERVIÇOS DE**  
**ENGENHARIA, EXCETO TIC**  
**[TAMBÉM APLICÁVEL PARA CONTRATAÇÃO INTEGRADA E SEMI-INTEGRADA]**  
**LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA**



**IFPA-CAMPUS ANANINDEUA**

(Processo Administrativo nº 23051.019905/2025-83)

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1 Contratação de empresa especializada para prestação, sob demanda, de serviços de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar-condicionado tipo split (Hi Wall, Piso/Teto e Cassete), modelos convencionais ou com tecnologia inverter, com fornecimento de peças e demais insumos necessários à execução dos serviços, visando atender às necessidades do IFPA – Campus Ananindeua, **conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos neste Termo de Referência, incluindo a tabela a seguir**, observadas as diretrizes técnicas e normativas estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar, que integra este Termo de Referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Manutenção Preventiva Pequeno Porte (até 30.000 BTUS).	serviço	516	R\$ .... OU SIGILOSO	R\$ .... OU SIGILOSO
2	Manutenção Preventiva Grande Porte (acima de 30.000 BTUS)	serviço	516		

<b>3</b>	ManutençãoCorretiva Pequeno Porte (até 30.000 BTUS)	serviço	65		
<b>4</b>	ManutençãoCorretiva Grande Porte (acima de 30.000 BTUS)	serviço	78		
<b>5</b>	Fornecimento de peças e insumos sob demanda	Unid.	1	Conforme sub item nº1.1.8	Conforme sub item nº1.1.8

1.1.1. A contratação será realizada em **grupo único**, devendo o licitante apresentar proposta para todos os itens que o compõem.

1.1.2. Para os itens 1 a 4, o licitante deverá informar, no sistema eletrônico, os respectivos valores unitários, sendo o valor total do item calculado automaticamente pela multiplicação da quantidade pelo valor unitário.

1.1.3. Para o **item 5**, o licitante deverá informar, no campo “**valor unitário**”, o **valor monetário** correspondente ao montante proposto para o componente “fornecimento de peças e insumos”, considerando quantidade igual a 1 (um).

1.1.4. O sistema eletrônico não admite o cadastro de percentual de desconto para o item 5, razão pela qual o desconto ofertado deverá ser convertido em valor monetário equivalente, calculado sobre o valor estimado de referência informado pela Administração.

1.1.5. O valor global da proposta será calculado automaticamente pelo sistema eletrônico mediante a soma dos valores totais dos itens 1 a 5.

1.1.6. Para fins de formulação da proposta relativa ao item 5, a Administração informa que o valor estimado de referência para o fornecimento de peças e insumos, apurado com base em histórico contratual e pesquisa de preços, é de **R\$ 137.105,00 (cento e trinta e sete mil, cento e cinco reais)**, considerando a natureza variável e imprevisível das demandas de manutenção corretiva, não sendo possível a definição prévia exata dos quantitativos por item, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar – ETP.

1.1.7. Será exigido desconto mínimo aceitável de 8% (oito por cento) sobre o valor referido no subitem anterior, correspondente ao desconto médio apurado a partir da pesquisa de preços realizada pela Administração, com base em contratações anteriores e cotações de mercado, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar – ETP.

1.1.8. O valor monetário a ser informado no **item 5** deverá ser obtido pela seguinte fórmula:

**Valor do item 5 = 137.105,00 × (1 – desconto ofertado)**

1.1.9. Para fins de melhor compreensão, apresentam-se os seguintes exemplos ilustrativos:

- a) desconto de 8% → **R\$ 126.136,60;**
- b) desconto de 15% → **R\$ 116.539,25;**
- c) desconto de 20% → **R\$ 109.684,00.**

Os exemplos apresentados possuem caráter meramente ilustrativo, não vinculando a proposta do licitante.

**1.1.10. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem:**

- I - desconto inferior a 8% (oito por cento); ou
- II - valor monetário para o item 5 superior ao correspondente à aplicação do desconto mínimo exigido, equivalente a **R\$ 126.136,60 (cento e vinte e seis mil, cento e trinta e seis reais e sessenta centavos)**.

**1.1.11. Quanto maior o desconto ofertado para o item 5, menor será o valor monetário correspondente e, consequentemente, menor será o valor global da proposta.**

**1.1.12.** O item 5 corresponde ao montante estimado para peças e insumos **sob demanda**, não implicando obrigação de consumo integral pela Administração, possuindo caráter meramente estimativo.

**1.1.13.** Durante a execução contratual do item 5, observar-se-á que:

- I – a Contratada deverá realizar pesquisa prévia de preços de mercado antes do fornecimento das peças e dos insumos, devendo constar, no mínimo, **3 (três) orçamentos válidos**, sendo pelo menos **1 (um) deles oriundo de e-commerce**;
- II – a pesquisa de preços deverá ser submetida à validação da fiscalização contratual;
- III – o menor preço de mercado validado pela fiscalização será adotado como valor de referência;
- IV – sobre o valor de referência será aplicado o percentual de desconto ofertado pela Contratada e contratado pela Administração;
- V – o pagamento será devido exclusivamente em relação às peças e aos insumos efetivamente fornecidos, previamente autorizados e devidamente atestados pela fiscalização contratual.

**Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade**

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar – ETP.

**Classificação do objeto quanto ao modelo de execução**

1.3. O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista que sua interrupção compromete o adequado funcionamento dos sistemas de climatização e das atividades institucionais, sendo a vigência plurianual mais vantajosa, conforme o Estudo Técnico Preliminar – ETP, tratando-se de serviço comum contínuo, **não se enquadrando como serviço de engenharia.**

**Prazo de vigência**

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da assinatura do contrato, prorrogável por até **10(dez) anos**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares-ETP, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

**2.3.** A presente contratação tem por finalidade assegurar o adequado funcionamento dos sistemas de climatização do IFPA – Campus Ananindeua, essenciais à continuidade das atividades administrativas e acadêmicas.

Trata-se de serviço comum contínuo, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, conforme práticas usuais de mercado, sendo indispensável ao funcionamento institucional.

2.4. Os equipamentos de ar-condicionado instalados demandam manutenção preventiva periódica e corretiva sob demanda, considerando:

- I - o desgaste natural dos componentes;
- II - o regime intensivo de utilização;
- III - as condições climáticas da região amazônica.

Considerando que os equipamentos possuem aproximadamente **6 (seis) anos de uso**, inserindo-se em fase intermediária de sua vida útil, observa-se tendência de aumento da necessidade de intervenções corretivas.

2.5. A ausência de manutenção adequada pode resultar em:

- I - redução da vida útil dos equipamentos;
- II - aumento do consumo de energia elétrica;
- III - falhas operacionais e interrupção das atividades institucionais.

2.6. Os quantitativos estimados decorrem do levantamento dos equipamentos existentes e da projeção de intervenções necessárias ao longo da vigência contratual, conforme memória de cálculo constante do Estudo Técnico Preliminar-ETP.

2.7. A solução adotada, estruturada em grupo único, mostrou-se mais vantajosa sob os aspectos técnico, operacional e econômico, permitindo:

- I - padronização dos serviços;
- II - melhor gestão e fiscalização contratual;
- III - otimização dos custos administrativos;
- IV - mitigação de riscos decorrentes da fragmentação da contratação.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares-ETP, apêndice deste Termo de Referência.*

3.2. A solução adotada consiste na contratação de empresa especializada para a prestação, sob demanda, de serviços de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar-condicionado tipo split (Hi Wall e Piso/Teto), modelos convencionais ou com tecnologia inverter, com fornecimento de peças, insumos, materiais e mão de obra necessários à execução dos serviços.

3.3. A solução contempla, de forma integrada:

- I - execução de manutenções preventivas periódicas;
- II - execução de manutenções corretivas sob demanda;
- III - fornecimento de peças e insumos necessários à execução dos serviços, quando tecnicamente justificado;
- IV - adoção de procedimentos técnicos compatíveis com normas técnicas e boas práticas de manutenção.

3.4. A solução foi estruturada em **grupo único**, contemplando todos os serviços e fornecimentos necessários à adequada execução contratual, em razão da interdependência entre os serviços de manutenção e o fornecimento de peças e insumos, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

3.5. O fornecimento de peças e insumos será realizado sob demanda, conforme necessidade identificada durante a execução dos serviços, não havendo obrigação de consumo integral do valor estimado pela Administração.

**3.6.** Para o fornecimento de peças e insumos, a contratada deverá realizar pesquisa de preços de mercado previamente à execução do serviço, a qual deverá ser submetida à validação da fiscalização contratual.

**3.6.1.** A pesquisa de preços deverá conter, no mínimo, **03 (três) orçamentos válidos**, obtidos junto a fornecedores distintos.

**3.6.2.** Dentre os orçamentos exigidos, pelo menos **01 (um)** deverá ser obtido por meio de consulta a **plataformas de comércio eletrônico (e-commerce)**, como forma de ampliar a transparência e a aferição dos preços praticados no mercado.

**3.6.3.** Serão considerados válidos os orçamentos que apresentem, no mínimo:

- I - identificação do fornecedor;
- II - descrição detalhada do item;
- III - valor unitário;
- IV - data de emissão;
- V - meio de obtenção.

**3.6.4.** O menor preço obtido na pesquisa será adotado como referência de mercado.

**3.6.5.** O percentual de desconto ofertado na licitação incidirá obrigatoriamente sobre o menor preço de mercado validado pela Administração.

**3.6.6.** A execução do fornecimento somente poderá ocorrer após validação expressa da fiscalização quanto à adequação da pesquisa realizada.

**3.6.7.** Não será admitido o fornecimento de peças e insumos com base em preços não validados pela Administração.

**3.6.8.** A ausência de pesquisa válida ou o descumprimento dos critérios estabelecidos neste item ensejará a não autorização do fornecimento e poderá resultar em glosa dos valores correspondentes.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**4.1** Os requisitos da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares-ETP, apêndice deste Termo de Referência.

##### **Sustentabilidade**

**4.2** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, com base no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- 4.2.1. observância das normas ambientais aplicáveis, especialmente quanto ao manuseio e descarte de resíduos provenientes da manutenção de equipamentos de climatização;
- 4.2.2. destinação ambientalmente adequada de componentes e fluidos refrigerantes;
- 4.2.3. utilização de materiais e insumos que atendam às normas técnicas e regulamentações vigentes;
- 4.2.4. adoção de práticas que promovam a eficiência energética dos equipamentos.



## Subcontratação

4.3 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## Garantia da contratação

4.4 Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## Vistoria

4.5 Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

## Requisitos técnicos mínimos

4.6 A execução dos serviços deverá observar os seguintes requisitos técnicos:

4.6.1. Realização dos serviços por profissionais qualificados, conforme critérios definidos no Estudo Técnico Preliminar-ETP;

4.6.2. Utilização de ferramentas e equipamentos adequados;

4.6.3. Observância das normas técnicas aplicáveis;

4.6.4. Atendimento às recomendações dos fabricantes dos equipamentos;

4.6.5. Adoção de medidas de segurança do trabalho.

4.6.6. A elaboração e/ou execução do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) deverá observar a Lei nº 13.589/2018 e a ABNT NBR 17037:2023, devendo ser realizada por profissional qualificado, com formação técnica ou superior compatível com sistemas de climatização;

## Capacidade operacional e SLA

**4.7. A contratada deverá dispor de estrutura operacional e equipe técnica compatíveis com o atendimento das demandas urgentes no prazo máximo de 4 (quatro) horas, contadas da solicitação da Administração.**

4.7.1 Para fins deste Termo de Referência, consideram-se situações de urgência aquelas que envolvam:

I – paralisação total de equipamentos essenciais ao funcionamento das atividades acadêmicas ou administrativas;

II – risco à continuidade das atividades institucionais;

III – comprometimento das condições mínimas de conforto térmico e salubridade dos ambientes;

IV – situações que possam ocasionar danos a equipamentos ou prejuízos à Administração.

4.7.2 Para fins deste item, considera-se atendimento o comparecimento da equipe técnica ao local indicado para início dos serviços.

4.7.3. A contratada deverá possuir, ou comprovar que instalará no prazo máximo de até **60(sessenta) dias** após a assinatura do contrato, estrutura operacional compatível com a execução dos serviços no município de atendimento, de modo a assegurar o cumprimento dos prazos estabelecidos, especialmente o atendimento às demandas urgentes no prazo máximo de 4 (quatro) horas.

## Fornecimento de peças e insumos

4.8. O fornecimento de peças e insumos deverá observar os critérios estabelecidos neste Termo de Referência, especialmente quanto à pesquisa de preços de mercado, validação pela fiscalização e aplicação do desconto contratado.

4.8.1. As peças e insumos previstos nesta contratação possuem caráter estimativo, tendo sua definição baseada em dados históricos da execução contratual anterior, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar;

4.8.2. O fornecimento ocorrerá **sob demanda**, mediante justificativa técnica e autorização da fiscalização do contrato, sendo os preços definidos no momento da execução contratual, mediante pesquisa de mercado, com aplicação do desconto ofertado pela contratada.

4.8.3 A relação das peças e insumos de utilização provável encontra-se detalhada no Estudo Técnico Preliminar que integra esta contratação.

## Demais obrigações

### 4.9. A contratada deverá:

4.9.1. Manter registro das manutenções realizadas;

4.9.2. Atender às solicitações nos prazos estabelecidos;

4.9.3. Cumprir as normas legais e regulamentares aplicáveis;

4.9.4. Responsabilizar-se pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução contratual.

## MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Início da execução do objeto: até 60 (sessenta) dias contados da assinatura do contrato.

5.1.2 - Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução dos serviços:

I – identificação da necessidade de substituição de peças mediante justificativa técnica formal, devidamente registrada e submetida à fiscalização;

II – execução de manutenções corretivas sob demanda, mediante solicitação formal;

III – atendimento às solicitações no prazo máximo de 4 (quatro) horas, exclusivamente para situações de urgência, conforme definido no item 4.7.1 deste Termo de Referência;

IV – execução dos serviços com utilização de ferramentas, equipamentos e materiais adequados;

V – observância das normas técnicas e recomendações dos fabricantes.

5.1.3 Cronograma de realização dos serviços:

I – as manutenções preventivas serão realizadas conforme programação definida pela Administração;

II – as manutenções corretivas serão executadas **sob demanda**, conforme necessidade identificada.

### Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: **Avenida Arterial 5A, s/n, bairro Icuí-Guajará, Ananindeua - PA, CEP 67140-709.**

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: **09:00h às 17:00h.**

## Rotinas a serem cumpridas

5.3.1 A execução contratual observará as rotinas *abaixo*:

- I – registro das solicitações de atendimento;
- II – diagnóstico técnico da demanda;
- III – execução do serviço;
- IV – registro das intervenções realizadas;
- V – comunicação à fiscalização.

## Fornecimento de peças – FLUXO OPERACIONAL

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o fornecimento de peças e insumos observará o seguinte fluxo:

- I – identificação da necessidade de substituição de peças mediante justificativa técnica formal, devidamente registrada e submetida à fiscalização;
- II – realização de pesquisa de preços de mercado pela contratada;
- III – apresentação da pesquisa à fiscalização para validação;
- IV – autorização da Administração;
- V – fornecimento e instalação da peça.

5.4.1. A pesquisa de preços deverá conter, no mínimo, **03 (três) orçamentos válidos**, obtidos junto a fornecedores distintos.

5.4.2. Dentre os orçamentos, **pelo menos 01 (um) deverá ser obtido por meio de e-commerce**.

5.4.3. O menor preço obtido será adotado como referência.

5.4.4. Sobre o valor validado será aplicado o percentual de desconto contratado.

5.4.5. O fornecimento somente poderá ocorrer após validação e autorização da fiscalização.

5.4.6. Não será admitido fornecimento sem validação prévia.

5.4.7. O pagamento ocorrerá exclusivamente sobre peças efetivamente fornecidas.

## Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar:

- 5.5.1 *ferramentas e equipamentos necessários;*
- 5.5.2 *materiais e insumos adequados;*
- 5.5.3 *equipamentos de proteção individual.*

## Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. Ademanda do órgão tem como base:

- 5.6.1 *o quantitativo de equipamentos instalados;*
- 5.6.2 *o histórico de manutenções realizadas;*
- 5.6.3 *a estimativa de intervenções ao longo da vigência contratual (contrato anterior).*

## Especificação da garantia do serviço

5.7. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## 6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

### Preposto

- 6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.
- 6.7. O Contratado *não necessitará* manter preposto da empresa no local da execução do objeto *durante o período de execução contratual*.
- 6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### Rotinas de Fiscalização

- 6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### Fiscalização Técnica

- 6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 6.16. *A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:*

- I – verificação do cumprimento do prazo de atendimento para situações de urgência (SLA de até 4 horas), conforme item 4.7.1;
- II – validação das pesquisas de preços de peças e insumos;
- III – conferência da aplicação do desconto contratado;
- IV – verificação da qualidade dos serviços executados;
- V – controle das ordens de serviço e registros de manutenção

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

#### **Fiscalização Administrativa**

6.19. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.21. *Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:*

- I – verificação de regularidade fiscal;
- II – conferência de documentos de faturamento;
- III – controle de pagamentos.

#### **Gestor do Contrato**

6.22. Cabe ao gestor do contrato:

6.22.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.22.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.22.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.22.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.22.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de

2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.22.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.22.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.22.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.22.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.22.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. *A avaliação da execução do objeto será realizada pelo fiscal do contrato, com base no cumprimento das obrigações contratuais e nos resultados efetivamente alcançados.*

7.2. *A medição dos serviços será realizada:*

- I – para serviços de manutenção preventiva: conforme execução do cronograma estabelecido;
- II – para serviços de manutenção corretiva: conforme demandas efetivamente atendidas;
- III – para fornecimento de peças e insumos: conforme efetiva utilização, previamente autorizada.

7.3. *A medição do fornecimento de peças e insumos estará condicionada:*

- I – à apresentação da pesquisa de preços realizada pela contratada;
- II – à validação da pesquisa pela fiscalização;
- III – à comprovação da aplicação do desconto contratado;
- IV – à autorização prévia da Administração.

7.3.1. O valor a ser considerado para pagamento corresponderá ao menor preço de mercado validado, sobre o qual será aplicado o percentual de desconto contratado.

7.4. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.4.1 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.5. *A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.*

7.6. O pagamento será efetuado após o recebimento definitivo dos serviços, mediante apresentação de nota fiscal devidamente atestada pela fiscalização.

7.7. O pagamento referente às peças e insumos somente será realizado após:

- I – validação da pesquisa de preços;
- II – verificação da aplicação do desconto;
- III – confirmação do fornecimento efetivo.

7.8. O pagamento dos serviços estará vinculado ao desempenho da contratada, aferido por meio de Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme critérios a seguir:

#### 7.8.1 Indicadores mínimos:

- I – cumprimento do prazo de atendimento para situações de urgência (SLA de até 4 horas), conforme item 4.7.1;
- II – qualidade da execução dos serviços;
- III – conformidade das peças fornecidas;
- IV – cumprimento dos procedimentos de pesquisa de preços.

#### 7.8.2 Faixas de desempenho

7.8.2.1 O desempenho será classificado em:

- satisfatório
- parcialmente satisfatório
- insatisfatório

#### 7.8.3 Impacto no pagamento

7.8.3.1 O descumprimento dos indicadores poderá ensejar:

- I – glosa parcial do valor devido;
- II – glosa total do serviço não executado adequadamente;
- III – aplicação de penalidades, conforme item 8.

7.8.4 Serão aplicadas glosas, entre outras hipóteses, quando:

- I – houver descumprimento do prazo de atendimento de 4 (quatro) horas em situações de urgência, conforme definido no item 4.7.1;
- II – não for apresentada pesquisa de preços válida;
- III – não houver validação da fiscalização;
- IV – não for aplicado o desconto contratado;
- V – houver fornecimento de peças sem autorização.

7.8.5. Não será efetuado pagamento:

- I – de serviços não executados;
- II – de peças não autorizadas;
- III – de valores sem comprovação de pesquisa de preços válida.

#### 7.8.6. Recebimento

7.8.6.1. *Os serviços serão recebidos:*

- I – provisoriamente, pelo fiscal técnico, após verificação da execução;
- II – definitivamente, após conferência da conformidade com as exigências contratuais.

7.8.7. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.8.8. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8.9 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato

mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.8.10 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.8.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

I - O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.8.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.9 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.10 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.11 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.12 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.13 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.14 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **10(dez) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.14.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;

7.14.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.14.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.14.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.14.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.



7.15 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.16 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.17 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.18 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.19 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.20 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.21 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.22 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.23 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.23.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.23.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.24 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.25 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.26 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.27 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.28 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **10(dez) dias** úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.29 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.30 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.31 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.32 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.32.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.33 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Reajuste**

7.34 *Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 10/03/2026.*

7.35 *Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.*

7.36 *Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.*

7.37 *No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).*

7.38 *Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).*

7.39 *Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.*

7.40 *Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.*

7.41 O reajuste será realizado por apostilamento.

### **Cessão de Crédito**

7.42 As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.42.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.42.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.42.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.42.3. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.43 O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## **8 INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4 **Multa:**

8.2.4.1. *Moratória, Moratória, para as infrações descritas na alínea “d”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **10% (dez por cento)**, aplicada enquanto perdurar o atraso, observado o impacto na execução contratual.*

8.2.4.2. *Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h”, de até **20% (vinte por cento)** do valor da contratação, aplicada em casos de descumprimento grave ou que comprometa a execução do objeto.*

8.2.4.3. *Compensatória, para inexecução total do contrato, de até **20% (vinte por cento)** do valor da contratação, considerando a gravidade da infração e os prejuízos causados à Administração.*

8.2.4.4. **Multa específica**

8.2.4.4.1. *descumprimento do prazo máximo de atendimento de **4 (quatro) horas** em situações de urgência, conforme item 4.7.1;*

8.2.4.4.2. *fornecimento de peças sem prévia validação da fiscalização;*

8.2.4.4.3. *não apresentação de pesquisa de preços conforme exigido;*

8.2.4.4.4. *não aplicação do desconto contratado;*

8.2.4.4.5. *execução de serviço em desacordo com as normas técnicas.*

8.2.4.4.6. *A multa prevista neste subitem será aplicada de forma proporcional ao descumprimento, podendo variar entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 5% (cinco por cento) do valor da parcela afetada, observado o grau de impacto na execução contratual.*

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, bem como a vedação ao bis in idem.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **10 (dez) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 9 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL DO GRUPO ÚNICO**.

9.1.1 O julgamento das propostas considerará o valor global do grupo único, composto pelos seguintes itens:

- I – manutenção preventiva (pequeno porte);
- II – manutenção preventiva (grande porte);
- III – manutenção corretiva (pequeno porte);
- IV – manutenção corretiva (grande porte);
- V – fornecimento de peças e insumos sob demanda.

9.1.2 O valor do item V (peças) deverá ser informado em **valor monetário**, correspondente ao montante resultante da aplicação do desconto ofertado sobre o valor estimado pela Administração.

9.1.3 O julgamento considerará a soma de todos os itens do grupo, sendo vencedora a proposta de menor valor global.

9.1.4 Será exigido **desconto mínimo de 8% (oito por cento)** para o item de peças e insumos.

9.1.5 Propostas que apresentarem desconto inferior ao mínimo estabelecido serão desclassificadas.

9.1.6 O percentual mínimo de desconto foi definido com base na média obtida na pesquisa de preços realizada na fase de planejamento.

#### **Forma de cadastro no sistema (Compras.gov)**

9.1.7. Considerando as limitações do sistema, o licitante deverá:

- I – informar valores unitários e quantitativos para os itens 1 a 4;
- II – informar, no item 5, valor unitário correspondente ao valor monetário do desconto aplicado, considerando quantidade 1;
- III – não informar percentual diretamente no sistema.

9.1.8 *O valor informado no item 5 será utilizado para composição do valor global da proposta.*

#### **Regime de Execução**

9.2. *O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.*

#### **9.4 Critérios de Aceitabilidade**

9.3. Serão desclassificadas as propostas que:

- I – apresentarem valor global superior ao limite orçamentário sigiloso;*
- II – apresentarem desconto inferior ao mínimo exigido para o item de peças;*
- III – forem inexequíveis;*
- IV – apresentarem inconsistências nos cálculos.*

#### **Exigências de habilitação**

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

##### **Habilitação jurídica**

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de

sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *do último exercício social*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a **1 (um)**, obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$



$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.26. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor total estimado da contratação para o período de doze meses.**

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

### **Qualificação Técnica**

9.31. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.31.1 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.31.2 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.32. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, conforme detalhamento constante nos itens subsequentes.

9.32.1 Para fins de comprovação de que trata o item 9.40, serão aceitos atestados que evidenciem a execução de serviços em sistemas de climatização, incluindo equipamentos do tipo split (hi-wall, piso/teto), convencionais ou com tecnologia inverter, ou similares.

9.40.2. Os atestados deverão conter, no mínimo:

I - identificação da pessoa jurídica emitente;

II - identificação do contratado;

III - descrição dos serviços executados;

IV - período de execução; e

V - declaração de que os serviços foram executados de forma satisfatória

### **Qualificação Técnico-Operacional**

9.33. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.33.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.33.1.1. Execução de serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva em sistemas de climatização, incluindo equipamentos do tipo split (hi-wall, piso/teto), convencionais ou com tecnologia inverter, ou similares;

9.33.1.2. *Execução de serviços em quantitativo mínimo de até 40% (quarenta por cento) do total estimado de equipamentos objeto da contratação, admitido o somatório de atestados.*

9.33.2 *Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.*

9.33.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.33.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.33.5 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.34. *Declaração de que o fornecedor possui ou **instalará escritório no município de Ananindeua-PA**, o que deverá ser comprovado no prazo máximo de **60 (sessenta) dias**, contado a partir da vigência do contrato.*

9.35. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.36. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

#### **Qualificação Técnico-Profissional**

9.37. Indicação de profissional(is) com qualificação compatível com a execução dos serviços, responsável(is) técnico(s) pela execução do objeto.

9.37.1 *Comprovação de que o(s) profissional(is) indicado(s) possui(em) experiência na execução de serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva em sistemas de climatização, mediante apresentação de documentos que evidenciem sua atuação profissional, tais como declarações, registros funcionais, certificados ou documentos equivalentes.*

9.37.2 *O(s) profissional(is) indicado(s) deverá(ão) participar da execução do contrato, sendo admitida sua substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pela Administração.*

9.37.3 Quando aplicável, o(s) profissional(is) indicado(s) será(ão) responsável(is) pela elaboração e/ou execução do Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, devendo possuir qualificação compatível com a atividade, nos termos da Lei nº 13.589/2018 e da ABNT NBR 17037:2023

9.38. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.39. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

#### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.40. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.41. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.42. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.43. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.44. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

#### **Documentação complementar para cooperativas**

9.45. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.45.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.45.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.45.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.45.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.45.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.45.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.45.6.1. ata de fundação;

9.45.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.45.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.45.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.45.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.45.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.45.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

#### **10 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado da contratação possui **caráter sigiloso** e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

10.1.1 *Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.*

10.1.2 *A opção pelo caráter sigiloso do orçamento estimado fundamenta-se no art. 18, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021, tendo por objetivo preservar a competitividade do certame e evitar a influência indevida na formulação das propostas pelos licitantes. Considerando a modelagem adotada, especialmente no que se refere à composição do valor global do grupo e à utilização de desconto percentual para o fornecimento de peças e insumos, a divulgação prévia do orçamento estimado poderia induzir à apresentação de propostas alinhadas ao valor de referência, reduzindo a efetividade da disputa e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.*

## **10.2. Metodologia da estimativa**

10.3. *A estimativa de custo levou em consideração:*

*I – dados históricos de contratos anteriores;*

*II – pesquisa de preços realizada junto ao mercado;*

*III – análise de risco da contratação;*

*IV – condições operacionais e demanda do órgão, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar que fundamenta esta contratação*

**10.3.1.** *A estimativa contempla:*

*I – serviços de manutenção preventiva;*

*II – serviços de manutenção corretiva;*

*III – fornecimento de peças e insumos sob demanda.*

**10.3.2.** *Para o componente de peças e insumos, foi considerada a aplicação de desconto médio obtido na pesquisa de preços, utilizado como parâmetro para definição do desconto mínimo aceitável na licitação.*

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. *As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.*

11.2. *A contratação será atendida pela seguinte dotação:*

*I) Gestão/unidade: 158679 – IFPA Campus Ananindeua;*

*II) Fonte de recursos: 1000000;*

*III) Programa de trabalho: 231593;*

*IV) Elemento de despesa: 339039; e*

*V) Plano interno: L20RLP01ANN.*

11.3. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas **exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas.**

Ananindeua, 04 de maio de 2026.



Documento assinado digitalmente  
**CASSIO JOSE REIS FERREIRA**  
Data: 30/04/2026 18:11:34-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Cássio José Reis Ferreira**

Membro da Equipe de contratação  
Portaria nº50/GAB/DG/CAMPUS ANANINDEUA  
SIAPE nº1671294



Documento assinado digitalmente  
**ALTIERE COSTA DE SOUZA**  
Data: 04/05/2026 08:32:16-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Altierre Costa de Souza**

Membro da Equipe de contratação  
Portaria nº50/GAB/DG/CAMPUS ANANINDEUA  
SIAPE nº1671294



Documento assinado digitalmente  
**LAIR AGUIAR DE MENESES**  
Data: 04/05/2026 08:51:16-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Aprovo**

---

**Lair Aguiar de Menezes**

Diretor Geral - IFPA Campus Ananindeua  
Port. Nº 3710/2023 – GAB/IFPA

# APÊNDICE DO ANEXO I

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

**Objeto:** Contratação de empresa especializada para prestação, sob demanda, de serviços de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar-condicionado tipo split (Hi Wall, Piso/Teto e Cassete), modelos convencionais ou com tecnologia inverter, com fornecimento de peças e insumos necessários à execução dos serviços.

**Órgão/Entidade:** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA

**Unidade:** Campus Ananindeua

### 1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação justifica-se pela necessidade de assegurar a continuidade das atividades acadêmicas e administrativas do IFPA – Campus Ananindeua, mediante a manutenção das condições adequadas de climatização dos ambientes institucionais.

Os equipamentos de ar-condicionado instalados no Campus demandam manutenção preventiva periódica e manutenção corretiva sob demanda, considerando o desgaste natural dos componentes, o regime contínuo de utilização, as condições climáticas da região amazônica, caracterizadas por elevadas temperaturas e alta umidade relativa do ar, bem como a necessidade de preservação da salubridade dos ambientes de ensino, administrativos e de atendimento ao público.

A contratação também visa contribuir para o adequado cumprimento das rotinas de manutenção, operação e controle dos sistemas de climatização, observando-se, quando aplicável, a Lei nº 13.589/2018, relativa ao Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, bem como a ABNT NBR 17037:2023, norma técnica atualmente vigente relacionada à qualidade do ar interior em ambientes climatizados artificialmente.

O parque de climatização do Campus foi instalado majoritariamente no ano de 2019, encontrando-se atualmente com aproximadamente 6 anos de uso, o que indica desgaste progressivo e tendência de aumento da demanda por intervenções corretivas, especialmente em razão do uso contínuo dos equipamentos.

A ausência de manutenção adequada pode ocasionar:

- I – aumento de falhas operacionais;
- II – interrupção ou prejuízo às atividades acadêmicas e administrativas;
- III – redução da vida útil dos equipamentos;
- IV – aumento do consumo de energia elétrica;
- V – comprometimento das condições de conforto térmico e salubridade dos ambientes.

Trata-se de serviço comum contínuo, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, conforme práticas usuais de mercado, não se enquadrando, para os fins deste planejamento, como serviço de engenharia, por não envolver elaboração de projetos, cálculos estruturais, alteração das características essenciais dos bens ou atividade técnica privativa de profissional de engenharia como núcleo principal da contratação.

A execução dos serviços poderá ser realizada por empresa especializada, com profissionais qualificados na área de refrigeração e climatização, observadas as normas técnicas aplicáveis, as recomendações dos fabricantes e as condições estabelecidas no Termo de Referência.

## 2. ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO

A presente contratação:

I – Encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual – PCA 2026 do IFPA – Campus Ananindeua, em conformidade com o disposto no art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 10.947/2022;

II – Está alinhada ao Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, especialmente no que se refere à manutenção da infraestrutura física e garantia das condições adequadas para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas;

III – Integra o planejamento institucional de manutenção predial e de ativos do campus, sendo essencial à continuidade dos serviços públicos prestados;

IV – Guarda compatibilidade com as diretrizes de gestão de infraestrutura e sustentabilidade, contribuindo para a eficiência energética e a conservação dos equipamentos.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para prestação, sob demanda, de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de climatização, com fornecimento de peças e insumos necessários à execução dos serviços, em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência.

A solução contempla, de forma integrada:

I – execução de manutenções preventivas periódicas;

II – execução de manutenções corretivas sob demanda;

III – fornecimento de peças, componentes e insumos necessários à adequada execução dos serviços;

IV – adoção de procedimentos técnicos compatíveis com normas técnicas e recomendações dos fabricantes.

Os serviços abrangerão os seguintes tipos de equipamentos:

I – aparelhos do tipo Split Hi Wall;

II – aparelhos do tipo Split Piso/Teto;

III – aparelhos do tipo Split Cassete;

IV – equipamentos com tecnologia convencional e inverter.

A solução foi estruturada em **grupo único**, considerando a interdependência entre os serviços de manutenção e o fornecimento de peças e insumos, de modo a garantir:

I – responsabilidade única pela execução contratual;

II – maior eficiência operacional;

III – redução de riscos de descontinuidade dos serviços;

IV – melhor gestão e fiscalização do contrato;

V – mitigação de conflitos entre fornecedores distintos.

A contratação conjunta mostra-se mais vantajosa sob os aspectos técnico, operacional e econômico, conforme demonstrado neste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **4.1 Requisitos gerais**

- I – empresa especializada na prestação de serviços de manutenção em sistemas de climatização;
- II – profissionais qualificados para execução dos serviços, com experiência comprovada ou capacitação técnica compatível com o objeto, admitindo-se, para tanto, cursos técnicos, treinamentos específicos ou certificações na área de refrigeração e climatização;
- III – fornecimento de ferramentas, equipamentos e insumos necessários à execução dos serviços.

**Observação:** não se justifica, como regra, a exigência de registro em conselho profissional (CREA) como requisito de habilitação, tendo em vista que os serviços objeto da contratação não envolvem, como núcleo principal, atividades típicas de engenharia, podendo ser executados por empresas especializadas com profissionais qualificados, observada a legislação aplicável em situações específicas.

### **4.2 Requisitos técnicos**

- I – execução de manutenção preventiva periódica, conforme planejamento da Administração;
- II – execução de manutenção corretiva sob demanda;
- III – emissão de relatórios técnicos das intervenções realizadas.

### **4.3 Requisitos de desempenho**

- I – prazo máximo de atendimento de até 4 (quatro) horas, contadas da solicitação da Administração, exclusivamente para situações de urgência;
- II – para fins deste Estudo Técnico Preliminar, consideram-se situações de urgência aquelas que envolvam:
  - a) paralisação total de equipamentos essenciais ao funcionamento das atividades acadêmicas ou administrativas;
  - b) risco à continuidade das atividades institucionais;
  - c) comprometimento das condições mínimas de conforto térmico e salubridade dos ambientes;
- III – para as demais demandas, os atendimentos deverão ocorrer conforme programação e priorização definidas pela Administração, observados critérios de conveniência, oportunidade e organização dos serviços;
- IV – adoção de medidas que visem à minimização do tempo de indisponibilidade dos equipamentos.

### **4.4 Fornecimento de peças e insumos**

- I – realização mediante prévia justificativa técnica formal;
- II – realização de pesquisa prévia de preços de mercado;
- III – obtenção de, no mínimo, **3 (três) orçamentos válidos**, sendo obrigatoriamente **1 (um) oriundo de e-commerce**;
- IV – os orçamentos deverão conter, no mínimo:
  - a) identificação do fornecedor;
  - b) descrição do item;
  - c) valor;
  - d) data de emissão;
  - e) meio de obtenção;
- V – submissão da pesquisa de preços à validação da fiscalização contratual;
- VI – adoção do menor preço de mercado validado como referência;
- VII – aplicação do percentual de desconto contratado sobre o valor de referência;
- VIII – pagamento restrito às peças e insumos efetivamente autorizados e fornecidos.



#### **4.5 Conformidade**

- I – observância das normas técnicas aplicáveis da ABNT;
- II – cumprimento das normas de segurança do trabalho;
- III – atendimento às normas ambientais e destinação ambientalmente adequada dos resíduos.

### **5. LEVANTAMENTO DE MERCADO E ANÁLISE DE SOLUÇÕES**

Foram analisadas, no âmbito do planejamento da contratação, as seguintes alternativas para atendimento da necessidade administrativa:

#### **Solução 1 – Contratação integrada de serviços e fornecimento de peças (adotada)**

Consiste na contratação de empresa especializada para execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e insumos necessários à execução contratual, no âmbito de um único contrato.

##### **Vantagens:**

- I – maior eficiência operacional, em razão da centralização das atividades em um único fornecedor;
- II – redução de riscos de descontinuidade dos serviços;
- III – responsabilização única pela execução contratual;
- IV – maior facilidade de gestão e fiscalização do contrato;
- V – maior celeridade na execução das manutenções corretivas.

#### **Solução 2 – Contratação separada de serviços e fornecimento de peças**

Consiste na realização de contratações distintas, sendo uma para os serviços de manutenção e outra para o fornecimento de peças e insumos.

##### **Desvantagens:**

- I – risco de conflitos entre fornecedores distintos;
- II – aumento da complexidade na gestão contratual;
- III – possibilidade de paralisação dos serviços em razão da dependência entre os contratos;
- IV – dificuldade na definição de responsabilidades por falhas ou atrasos;
- V – aumento dos custos administrativos.

#### **Solução 3 – Execução direta pela Administração**

Consiste na realização dos serviços por equipe própria do órgão, sem contratação de terceiros.

##### **Desvantagens:**

- I – inexistência de estrutura técnica adequada no âmbito do Campus;
- II – ausência de equipe especializada suficiente para execução dos serviços;
- III – necessidade de aquisição de ferramentas, equipamentos e insumos;
- IV – aumento de custos operacionais e administrativos;
- V – inviabilidade operacional diante da demanda existente.

#### **Conclusão**

Diante da análise realizada, conclui-se que a **contratação integrada de serviços e fornecimento de peças e insumos (Solução 1)** apresenta-se como a alternativa mais vantajosa para a Administração, sob os aspectos técnico, operacional e econômico, garantindo maior eficiência na execução contratual, redução de riscos e melhor atendimento às necessidades institucionais, em conformidade com o disposto no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.

## 6. JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ADOTADA

A solução adotada, consistente na contratação integrada de serviços de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças e insumos, mostra-se a mais adequada para atendimento da necessidade administrativa, conforme análise de mercado realizada.

A adoção dessa solução permite:

- I – maior eficiência operacional, em razão da centralização das atividades em um único fornecedor;
- II – redução de falhas na execução contratual, decorrente da responsabilização integral da contratada pelos serviços e fornecimentos;
- III – garantia da continuidade dos serviços, especialmente nas intervenções corretivas que dependem do fornecimento imediato de peças e insumos;
- IV – melhoria na gestão e fiscalização do contrato, com definição clara de responsabilidades;
- V – maior celeridade na execução das manutenções corretivas;
- VI – mitigação de riscos associados à fragmentação da contratação.

Dessa forma, a solução adotada apresenta-se como a alternativa mais vantajosa sob os aspectos técnico, operacional e econômico, em consonância com as diretrizes estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.

## 7. JUSTIFICATIVO DO PARCELAMENTO

Nos termos do art. 40, §2º, da Lei nº 14.133/2021, foi avaliada a possibilidade de parcelamento do objeto da contratação, concluindo-se pela sua **não adoção**, com a realização do certame em **grupo único**.

A opção pelo não parcelamento justifica-se pelas características do objeto, especialmente pela interdependência entre os serviços de manutenção e o fornecimento de peças e insumos, de modo que a sua execução por diferentes fornecedores poderia comprometer a eficiência e a continuidade dos serviços.

A adoção de grupo único permite:

- I – a integração entre a execução dos serviços e o fornecimento de peças e insumos, assegurando maior eficiência operacional;
- II – a responsabilização única da contratada pela execução do objeto, evitando conflitos entre fornecedores distintos;
- III – a mitigação de riscos operacionais, especialmente quanto à paralisação dos serviços em razão da indisponibilidade de peças;
- IV – maior celeridade na execução das manutenções corretivas;
- V – simplificação da gestão e fiscalização contratual;
- VI – redução de custos administrativos associados à gestão de múltiplos contratos.

Por outro lado, o parcelamento do objeto poderia resultar em:

- I – aumento da complexidade da gestão contratual;
- II – dificuldades na definição de responsabilidades por eventuais falhas;
- III – risco de descontinuidade dos serviços;
- IV – aumento dos custos administrativos.

Dessa forma, conclui-se que a contratação em grupo único mostra-se mais vantajosa para a Administração, sob os aspectos técnico, operacional e econômico, não havendo prejuízo à competitividade do certame.

## **8. ESTIMATIVADAS QUANTIDADES**

### **8.1 Inventário dos equipamentos**

O levantamento do parque de climatização do IFPA – Campus Ananindeua identificou:

- I – equipamentos atualmente instalados: 55 (cinquenta e cinco);
- II – equipamentos previstos em razão de expansão da infraestrutura: 31 (trinta e um);

Total estimado de equipamentos: **86 (oitenta e seis)**.

A inclusão dos equipamentos previstos fundamenta-se na ampliação das instalações físicas do campus, de modo a garantir que a contratação contemple a totalidade da demanda ao longo da vigência contratual.

### **8.2 Classificação por porte**

Para fins de dimensionamento dos serviços, os equipamentos foram classificados conforme sua capacidade térmica:

- I – pequeno porte (até 30.000 BTUs): 43 (quarenta e três) equipamentos;
- II – grande porte (acima de 30.000 BTUs): 43 (quarenta e três) equipamentos.

A classificação por porte visa refletir diferenças de complexidade técnica, tempo de execução e custo dos serviços.

### **8.3 Estimativa de manutenção preventiva**

Considerando a necessidade de realização de manutenção preventiva mensal em todos os equipamentos, adotou-se a seguinte metodologia:

- I – frequência: 12 (doze) intervenções por equipamento/ano;
- II – cálculo:
  - a) pequeno porte: 43 equipamentos × 12 meses = 516 serviços/ano;
  - b) grande porte: 43 equipamentos × 12 meses = 516 serviços/ano.

Total estimado de manutenções preventivas: 1.032 (mil e trinta e duas) por ano.

### **8.4 Estimativa de manutenção corretiva**

A estimativa de manutenções corretivas foi realizada com base em dados históricos de contratos anteriores e projeção técnica de falhas por equipamento, considerando:

- I – idade média dos equipamentos (aproximadamente 6 anos);
- II – condições climáticas da região;
- III – regime intensivo de utilização;
- IV – tendência de aumento da taxa de falhas ao longo da vida útil.

Foram adotados os seguintes coeficientes de ocorrência de falhas por equipamento/ano:

- I – pequeno porte: 1,5 ocorrência por equipamento/ano;
- II – grande porte: 1,8 ocorrência por equipamento/ano.

Aplicando-se os coeficientes:

- a) pequeno porte:  $43 \times 1,5 = 64,5 \approx 65$  serviços/ano;
- b) grande porte:  $43 \times 1,8 = 77,4 \approx 78$  serviços/ano.

Total estimado de manutenções corretivas: 143 (cento e quarenta e três) por ano.

## 9. ESTIMATIVO DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em dados históricos de contratos anteriores, pesquisa de preços de mercado e análise das condições operacionais do órgão, conforme detalhado neste Estudo Técnico Preliminar.

O valor estimado da contratação possui caráter sigiloso, nos termos do art. 18, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021, e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas, conforme disposto no Termo de Referência.

A metodologia de formação do valor estimado considerou:

- I – serviços de manutenção preventiva e corretiva, dimensionados com base nos quantitativos estimados;
- II – fornecimento de peças e insumos sob demanda, considerando o histórico de consumo e a variabilidade das intervenções;
- III – aplicação de parâmetros obtidos a partir da pesquisa de preços realizada pela Administração, inclusive quanto à definição de desconto mínimo aceitável.

Os valores detalhados e a memória de cálculo encontram-se registrados no processo administrativo da contratação, não sendo divulgados neste instrumento em razão do seu caráter sigiloso.

## 10. ANÁLISE DE RISCOS

Foram identificados os principais riscos associados à contratação, bem como as respectivas medidas de mitigação, conforme descrito a seguir:

---

### **Risco 1 – Subdimensionamento das quantidades estimadas**

Impacto: alto

Mitigação: adoção de coeficientes ampliados na estimativa de manutenções corretivas, com base em dados históricos, idade dos equipamentos e condições operacionais, de modo a reduzir a probabilidade de insuficiência contratual.

---

### **Risco 2 – Atraso no atendimento das demandas**

Impacto: alto

Mitigação: estabelecimento de prazo máximo de atendimento de até 4 (quatro) horas para situações de urgência, conforme definido neste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, bem como exigência de estrutura operacional compatível por parte da contratada.

---

### **Risco 3 – Indisponibilidade de peças e insumos**

Impacto: alto

Mitigação: adoção de solução integrada, contemplando serviços e fornecimento de peças no mesmo contrato, com obrigatoriedade de pesquisa prévia de preços e validação pela fiscalização.

---

### **Risco 4 – Prática de preços elevados no fornecimento de peças**

Impacto: médio

Mitigação: exigência de pesquisa de preços de mercado com, no mínimo, três orçamentos válidos, incluindo consulta a e-commerce, bem como aplicação do percentual de desconto contratado sobre o menor preço validado.

## 11. RESULTADOS PRETENDIDOS

- I – aumento da disponibilidade dos equipamentos de climatização, reduzindo o número de ocorrências de indisponibilidade;
- II – redução da incidência de falhas operacionais, por meio da execução regular das manutenções preventivas e corretivas;
- III – melhoria da eficiência energética dos equipamentos, decorrente da adequada manutenção e substituição de componentes quando necessário;
- IV – ampliação da vida útil dos equipamentos, com redução do desgaste prematuro dos componentes;
- V – redução dos custos operacionais ao longo do tempo, em razão da diminuição de falhas recorrentes e da maior eficiência na execução dos serviços;
- VI – melhoria das condições de conforto térmico e salubridade dos ambientes institucionais, contribuindo para o adequado desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas.

## 12. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CONTRATAÇÃO

Para a adequada formalização e execução da contratação, deverão ser adotadas as seguintes providências pela Administração:

- I – elaboração e aprovação do Termo de Referência, em conformidade com as diretrizes estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar;
- II – designação formal da equipe de gestão e fiscalização do contrato, nos termos da legislação aplicável;
- III – planejamento da execução contratual, incluindo definição de rotinas, fluxos operacionais e procedimentos de acompanhamento;
- IV – disponibilização das informações necessárias à execução dos serviços, tais como inventário atualizado dos equipamentos e localização das unidades atendidas;
- V – definição dos mecanismos de comunicação entre a Administração e a contratada, visando assegurar a adequada gestão das demandas;
- VI – preparação da infraestrutura administrativa necessária ao acompanhamento da execução contratual.

## 13. RELAÇÃO DE PEÇAS E INSUMOS DE UTILIZAÇÃO PROVÁVEL

A relação de peças e insumos de utilização provável foi elaborada com base em dados históricos da execução contratual anterior, incluindo registros de manutenção, orçamentos e documentos fiscais, **especialmente aqueles decorrentes do Contrato nº 12/2024, firmado com a empresa Villega**, os quais evidenciam os itens efetivamente demandados na prestação dos serviços de manutenção de sistemas de climatização no âmbito do IFPA – Campus Ananindeua.

Os itens foram organizados conforme sua natureza e criticidade, com o objetivo de conferir maior previsibilidade à contratação, sem prejuízo da flexibilidade necessária à execução dos serviços sob demanda.

### 13.1 Componentes elétricos e eletrônicos

- Capacitor;
- Placa eletrônica de controle;
- Sensor de temperatura;
- Relé / contator;
- Termostato;
- Fiação elétrica e cabos;

### **13.2 Componentes mecânicos e de ventilação**

- Motor ventilador;
- Hélice / turbina;
- Rolamentos;
- Estruturas de fixação;

### **13.3 Componentes do sistema frigorífico**

- Compressor;
- Serpentina (evaporadora/condensadora);
- Válvulas e dispositivos de expansão;
- Tubulação de cobre;
- Filtros secadores;

### **13.4 Insumos e materiais de apoio**

- Gás refrigerante (R410A, R22 ou equivalente);
- Materiais de solda e brasagem;
- Isolantes térmicos;
- Conexões e acessórios diversos;

### **13.5 Observações técnicas**

I – a presente relação possui caráter meramente estimativo, não representando obrigação de aquisição integral dos itens listados;

II – os itens foram definidos com base em dados históricos reais da execução contratual anterior, podendo variar conforme a demanda efetiva;

III – em razão da natureza variável das manutenções corretivas, não se mostra tecnicamente adequado estabelecer quantitativos fixos para cada item;

IV – o fornecimento de peças e insumos ocorrerá sob demanda, mediante justificativa técnica e autorização da fiscalização do contrato;

V – os preços dos itens serão definidos no momento da execução contratual, mediante pesquisa de mercado, com aplicação do desconto ofertado pela contratada;

VI – a presente relação tem como finalidade subsidiar a estimativa da contratação e assegurar maior transparência e isonomia entre os licitantes.

## **14 RASTREABILIDADE DAS ESTIMATIVAS DO ETP**

As estimativas constantes neste Estudo Técnico Preliminar foram elaboradas com base em dados técnicos e administrativos disponíveis no âmbito do IFPA – Campus Ananindeua, observando critérios de razoabilidade e aderência à realidade operacional.

Para fins de rastreabilidade, destacam-se as seguintes fontes e referências:

I – levantamento do inventário de equipamentos existentes e previstos;

II – dados históricos de contratos anteriores relacionados à manutenção de sistemas de climatização;

III – registros de ordens de serviço e demandas de manutenção;

IV – pesquisa de preços realizada junto ao mercado, em conformidade com a legislação aplicável;

V – análise técnica das condições operacionais, incluindo idade dos equipamentos e regime de utilização.

As memórias de cálculo detalhadas, planilhas de formação de preços e demais documentos comprobatórios encontram-se devidamente registrados no processo administrativo da contratação, disponíveis para consulta pelos órgãos de controle e fiscalização, não sendo divulgados neste instrumento em razão de seu caráter interno e estratégico.

## 15. CONCLUSÃO

Diante das análises realizadas no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação pretendida se mostra tecnicamente adequada, operacionalmente viável e economicamente vantajosa para a Administração.

A solução adotada atende às necessidades institucionais do IFPA – Campus Ananindeua, garantindo a continuidade dos serviços de manutenção dos sistemas de climatização, a adequada conservação dos equipamentos e a melhoria das condições de funcionamento dos ambientes institucionais.

Verificou-se, ainda, que os quantitativos estimados, a metodologia de formação do valor da contratação e o modelo de execução proposto encontram-se devidamente fundamentados, em conformidade com a legislação aplicável e com as diretrizes estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar.

Dessa forma, recomenda-se o prosseguimento da contratação, nos termos do Termo de Referência elaborado, considerando a solução mais adequada para atendimento do interesse público.

**Responsáveis**(equipe da contratação):



Documento assinado digitalmente

**CASSIO JOSE REIS FERREIRA**

Data: 30/04/2026 18:08:51-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Cássio José Reis Ferreira**

Membro da Equipe de contratação

Portaria nº50/GAB/DG/CAMPUS ANANINDEUA

SIAPE nº1671294



Documento assinado digitalmente

**ALTIERE COSTA DE SOUZA**

Data: 04/05/2026 08:33:40-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Altierre Costa de Souza**

Membro da Equipe de contratação

Portaria nº50/GAB/DG/CAMPUS ANANINDEUA

SIAPE nº1671294





## MINUTA DO CONTRATO

### MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

### SERVIÇOS SEM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA



### **ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA**

(Processo Administrativo nº **XXXXX.XXXXXX/XXXX-XX**)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **xx/xxxx**, QUE FAZEM  
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)  
..... E  
.....

A **[União OU Autarquia XXXXX OU Fundação XXXXXX]**, por intermédio do(a) **[órgão contratante]**, com sede no(a) **[endereço]**, na cidade de **[cidade]/[UF]**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **[CNPJ]**, neste ato representado(a) pelo(a) **[cargo e nome]**, nomeado(a) pela Portaria nº **XX**, de **[dia]** de **[mês]** de **[ano]**, publicada no DOU de **[dia]** de **[mês]** de **[ano]**, portador da Matrícula Funcional nº **[nº matrícula]**, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) **[CONTRATADO]**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **[CNPJ]**, sediado(a) na **[endereço]**, na cidade de **[cidade]/[UF]**, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por **[nome e função no CONTRATADO]**, conforme **[atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos]**, tendo em vista o que consta no Processo nº **XXXXX.XXXXXX/XXXX-XX** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) **[Pregão Eletrônico]** nº **XX/XXXX**, mediante **as cláusulas e condições a seguir enunciadas.**

### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

15.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para prestação, sob demanda, de serviços de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar-condicionado tipo split (Hi Wall, Piso/Teto e Cassete), modelos convencionais ou com tecnologia inverter, com fornecimento de peças e insumos, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

## 15.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Manutenção preventiva – até 30.000 BTUs	Serviço	516		
2	Manutenção preventiva – acima de 30.000 BTUs	Serviço	516		
3	Manutenção corretiva – até 30.000 BTUs	Chamado	65		
4	Manutenção corretiva – acima de 30.000 BTUs	Chamado	78		
5	Peças e insumos (valor estimativo com aplicação de desconto)	Verba	1		

**VALOR TOTAL DO GRUPO: R\$ \_\_\_\_\_**

## 15.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 15.3.1. O Termo de Referência;
- 15.3.2. O Edital da Licitação
- 15.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 15.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**1.4** O objeto da contratação tem natureza de serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima de até **10 (dez) anos**, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

- 2.4. *A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.*
- 2.5. *Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.*
- 2.6. *O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.*

### **3 CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

- 4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

### **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

- 5.1. *O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx)*
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que o pagamento será realizado de acordo com a efetiva execução dos serviços e fornecimento de peças e insumos, conforme demanda, devidamente autorizados e atestados pela fiscalização contratual.
- 5.4. No caso de fornecimento de peças e insumos, o valor a ser pago corresponderá ao menor preço de mercado obtido mediante pesquisa prévia realizada pela fiscalização contratual, com aplicação do percentual de desconto contratado, observados os procedimentos e controles previstos no Termo de Referência e no Kit de Execução Contratual.

### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

- 6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

- 7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 8.1. São obrigações do CONTRATANTE:
- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
  - 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
  - 8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de *30(trinta dias)*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de *30(trinta dias)*;

8.1.12. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;*

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e

qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as

determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto formalmente designado e aceito pela Administração, disponível durante a execução dos serviços, para representá-lo perante o CONTRATANTE;
- 9.25.1 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.35. *Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica nas dependências do IFPA – Campus Ananindeua, localizado na Rodovia BR-316, Km 07, Centro, Ananindeua/PA, ou em outro local previamente*



*indicado pela Administração, dentro da área de atuação do Campus.);*

#### **CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

- 10.1. *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*
- 10.2. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*
- 10.3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*
- 10.4. *A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.*
- 10.5. *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.*
- 10.6. *É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.*
- 10.7. *O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.*
- 10.8. *O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.*
- 10.9. *O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.*
- 10.10. *Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.*
- 10.10.1. *Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.*
- 10.11. *O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.*
- 10.12. *Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.*

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

- 11.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 12.1. *As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato, observadas as disposições dos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021.*
- 12.1.1 *As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente, inclusive multa, nos termos do Termo de Referência e da legislação aplicável.*

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

13.3. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3. Das indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.10.1. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade



de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: **158679 – IFPA Campus Ananindeua**;
- II) Fonte de recursos: **1000000**;
- III) Programa de trabalho: **231593**;
- IV) Elemento de despesa: **339039**;
- V) Plano interno: **L20RLP01ANN**; e
- VI) Nota de empenho: **[a ser indicada no momento da contratação]**.

15.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em **Belém**, Seção Judiciária do **Pará**, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei 14.133/2021.

**[Local], [dia] de [mês] de [ano].**

---

Representante legal do CONTRATANTE

---

Representante legal do CONTRATADO

**TESTEMUNHAS:**

**1-**

**2-**



**INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ – IFPA**  
**CAMPUS ANANINDEUA**

**ANEXO III – KIT DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

Objeto: Manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado sob demanda, com fornecimento de peças e insumos.

**1. ORDEM DE SERVIÇO (OS)**

ORDEM DE SERVIÇO Nº \_\_/20\_\_

Contrato nº: \_\_\_\_\_

Contratada: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Unidade demandante: IFPA – Campus Ananindeua

Local de execução: \_\_\_\_\_

Tipo de serviço: ( ) Preventiva ( ) Corretiva

Equipamento: \_\_\_\_\_

Capacidade (BTUs): \_\_\_\_\_

Quantidade: \_\_\_\_\_

Descrição do serviço: \_\_\_\_\_

Prazo: \_\_\_\_ dias

Fiscal: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura da Administração: \_\_\_\_\_

**2. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO**

OS nº: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Descrição dos serviços: \_\_\_\_\_

Equipamentos atendidos: \_\_\_\_\_

Peças substituídas: ( ) Não ( ) Sim

Ocorrências: \_\_\_\_\_

Responsável técnico: \_\_\_\_\_

Assinatura da Contratada: \_\_\_\_\_

Ateste do Fiscal: \_\_\_\_\_

### **3. PESQUISA DE PREÇOS DE PEÇAS**

OS nº: \_\_\_\_\_

Peça: \_\_\_\_\_

Fornecedor 1: \_\_\_\_\_ Valor: R\$ \_\_\_\_\_

Fornecedor 2: \_\_\_\_\_ Valor: R\$ \_\_\_\_\_

Fornecedor 3: \_\_\_\_\_ Valor: R\$ \_\_\_\_\_ ☐ Consulta

realizada em comércio eletrônico

Menor preço: R\$ \_\_\_\_\_

Desconto contratual: \_\_\_\_\_%

Valor final: R\$ \_\_\_\_\_

Observações/Justificativas (quando necessário):

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Validação: ( ) Aprovado ( ) Reprovado

Assinatura do Fiscal: \_\_\_\_\_

#### **4. PLANILHA DE MEDIÇÃO**

Mês/Ano: \_\_\_\_\_

Preventiva pequeno porte: \_\_\_\_\_

Preventiva grande porte: \_\_\_\_\_

Corretiva pequeno porte: \_\_\_\_\_

Corretiva grande porte: \_\_\_\_\_

Peças e insumos: \_\_\_\_\_

TOTAL: R\$ \_\_\_\_\_

Fiscal: \_\_\_\_\_

#### **5. CHECKLIST DE FISCALIZAÇÃO**

✓ OS emitida

✓ Serviço executado conforme

✓ Relatório preenchido

✓ Peças justificadas

✓ Pesquisa validada

✓ Desconto aplicado

✓ Assinaturas coletadas

Observações: \_\_\_\_\_

#### **6. TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO**

OS nº: \_\_\_\_\_

Serviços recebidos para avaliação.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Fiscal: \_\_\_\_\_

#### **7. TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**

OS nº: \_\_\_\_\_

Serviços aceitos definitivamente.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Fiscal: \_\_\_\_\_

## **8. REGISTRO DE OCORRÊNCIAS**

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Descrição: \_\_\_\_\_

Classificação: ( ) Leve ( ) Média ( ) Grave

Providência: \_\_\_\_\_

Fiscal: \_\_\_\_\_